

**ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para proceder à leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE**.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, deputados, deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! *"Ata da Nonagésima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Cento e Seis da Octogésima Nona Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 3.695/2025, da Presidência da República; Ofício nº 105/2025, da Fundação Nacional de Saúde; Ofício nº 0601/2025, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 332/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofício nº 909/2025, da Prefeitura Municipal de Ivinhema; Ofício nº 1/2025, do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância Patrimonial Eletrônica, Transportes de Valores, Escolta Armada, Escola de Formação de Vigilantes e Vigilante Orgânicos de Campo Grande e Região/MS. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Neno Razuk, Zé Teixeira, Gleice Jane, Caravina, Junior Mochi, Pedrossian Neto, Roberto Hashioka e Lídio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Professor Rinaldo, Zeca do PT, Paulo Duarte, João Henrique e Lia Nogueira. GRANDE EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Mara Caseiro e Zé Teixeira. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 54/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka; Projeto de Resolução nº 48/2025, de autoria do deputado Lucas de Lima; Projeto de Resolução nº 51/2025, de autoria do deputado Coronel David; Projeto de Resolução nº 56/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 219/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foi pedido vista pelo deputado João Henrique do Projeto de Lei nº 193/2025, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei Complementar nº 7/2025, de autoria do Ministério Público. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada ao familiares de Floriza de Souza Rodrigues Correa; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada ao doutor Jamal Salem; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à nova*

diretoria do Centro de Tradições Nordestinas de Rio Verde de Mato Grosso, em nome do presidente reeleito, senhor Kelvin Melo, pela eleição com mais de setenta por cento dos votos; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à diretoria da Escola Estadual Professor Antônio Pinto Pereira e ao professor de filosofia Reginaldo Maciel, pela realização do 1º Café Filosófico com o tema: Conexões virtuais, consequências reais: um olhar filosófico sobre ética, fake news e cyberbullying no município de Jardim; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, pela realização da Sessão Solene em homenagem aos quarenta anos da Igreja Batista Boas Novas em Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à senhora Irma Macário, presidente do Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa, à secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, senhora Patrícia Elias Cozzolino, e o secretário executivo de Direitos Humanos da Sead, senhor Ben-Hur Ferreira, pela realização da 5ª Conferência Estadual de Direitos da Pessoa Idosa, realizada nos dias 25 e 26 de setembro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada ao segundo-sargento Valmir Vitoriano da Costa, ao terceiro-sargento Juliano Aparecido Oliveira de Lima e ao cabo Jhone Moreira Gomes, do efetivo da 3ª Companhia de Polícia Militar Rodoviária de Dourados; requerimento, de autoria do deputado Lucas de Lima, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para a realização de Sessão Solene para entrega da 'Comenda Antônio Tonani' - criada pela Resolução nº 103/2019, em comemoração do Dia do Radialista'; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Zeca do PT e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Zé Teixeira, Gleice Jane, Coronel David, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Renato Câmara, Lucas de Lima, Professor Rinaldo, Jamilson Name. EXPLICAÇÕES PESSOAIS - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dois de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! Expediente da Sessão Ordinária do dia 7 de outubro de 2025: Ofício nº 655/2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, encaminhando Transferência dos Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública ao Estado de Mato Grosso do Sul – 2ª parcela (Prot. nº 3874/2025); Ofício nº 1.058/2025, do Ministério da Saúde, encaminhando recurso para aquisição de quinhentas caixas d'água de 500 litros destinadas às famílias indígenas da Aldeia Limão Verde, localizada no município de Amambai (Prot. nº 2171/2025); Notícia de Fato nº 1.21.000.002254/2025, do Ministério Público Federal, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3464/2025); Ofício nº 159/2025, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3573/2025); Ofícios nºs 96, 98, 100, 102 e 104/2025, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando aprovação, com ressalvas, da Prestação de Contas Final TC/PAC nºs 752/2008; 370/2011; 743/2008; 1731/2008; 162/2012 – Sistema de Abastecimento de Água/Sistema de Esgotamento Sanitário, de diversos municípios

(Prot. n^ºs 3869, 3880, 3865, 3864, 3841/2025); Ofício n^º 89/2025, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando o Encerramento - TC/PAC n^º 1728/2008 – Aprovação, com ressalva - Sistema de Abastecimento de Água - Bela Vista (Prot. n^º 3838/2025); Ofício n^º 252/2025, da Prefeitura Municipal de Bela Vista, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. n^º 3649/2025); Ofício n^º 204/2025, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. n^º 3549/2025); Ofício n^º 181/2025, da Prefeitura Municipal de Laguna Carapã, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. n^º 3549/2025); Ofício n^º 176/2025, da Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. n^º 3549/2025); Ofício n^º 436/2025, da Prefeitura Municipal de Maracaju, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. n^º 3549/2025); Ofício n^º 2.888/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Professor Rinaldo (Prot. n^º 2472/2025); Carta n^º 87/2025, do Sindicato dos Professores no Distrito Federal, respondendo à moção de aplauso da deputada Gleice Jane (Prot. n^º 3648/2025); Carta n^º 994/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. n^º 2996/2025); Carta n^º 102/2025, da Motiva Pantanal – declaração do deputado Junior Mochi em Sessão Plenária do dia 30/09/2025. Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, eu quero apresentar três proposições. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), na pessoa da Magnífica Reitora, senhora Elaine Borges Monteiro Cassiano, do diretor-geral do campus de Campo Grande, senhor Dejahyr Lopes Junior, e do responsável pelo treinamento dos estudantes-atletas, professor Paulo Braga, pelo desempenho histórico na etapa Centro-Oeste dos Jogos dos Institutos Federais (JIFCO) 2025. A competição foi realizada em Brasília, entre os dias 22 e 27 de setembro, e foi organizada pelo Instituto Federal de Brasília (IFB); reuniu cerca de 550 estudantes-atletas de quatro instituições da região: IFB (Brasília), IFG (Goiás), IFMT (Mato Grosso) e IFMS (Mato Grosso do Sul). Ao final da competição, o IFMS conquistou o título de campeão geral, somando 73 medalhas no total, sendo 31 de ouro, 26 de prata e 16 de bronze. Além disso, os atletas sul-mato-grossenses quebraram cinco recordes no atletismo, consolidando o protagonismo da delegação. O IFMS foi campeão do vôlei feminino, vôlei de praia masculino e feminino, atletismo masculino e feminino, judô e tênis de mesa feminino. Ao todo, 39 estudantes-atletas conquistaram vaga para os Jogos Nacionais dos Institutos Federais, que acontecerá em Natal (RN), no mês de novembro. A conquista é motivo de grande orgulho para toda a comunidade acadêmica e para o Estado de Mato Grosso do Sul, resultado do empenho, dedicação e talento dos estudantes-atletas, que representaram a instituição com excelência nas diversas modalidades esportivas, além da comunidade escolar, que realiza o preparo e o suporte para que os resultados exitosos sejam alcançados. Outra moção. Indico à Mesa, na forma regimental ouvido o colendo Plenário,

que seja encaminhada moção de congratulação à Paróquia São Francisco de Assis, na pessoa do pároco, frei Pedro Renato Pereira da Silva, pela comemoração dos seus 75 anos de história, celebrados com uma programação especial que reuniu fé, devoção e espírito comunitário. Durante as comemorações, a comunidade paroquial participou de um rico cronograma de atividades, que incluiu novenário, missas, encontros de espiritualidade, o Trânsito de São Francisco, bênção dos animais, procissão pelas ruas do bairro, quermesse e confraternização, fortalecendo os laços de fraternidade e renovando o compromisso cristão inspirado nos ensinamentos do santo padroeiro. Um dos momentos mais marcantes foi o Trânsito de São Francisco, celebrado com grande emoção, recordando a passagem do santo da vida terrena para a vida eterna. A procissão e a bênção dos animais também reuniram centenas de fiéis, que expressaram sua fé, gratidão e carinho por São Francisco de Assis, símbolo de humildade, amor à natureza e solidariedade. Um requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara para o dia 17 de outubro de 2025, das 19h às 22h, para realização da Cerimônia de Entrega do I Prêmio Sul-Mato-Grossense da Psicologia: Edição Lucy Ratier. Era o que eu tinha, presidente. Obrigado.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Eu quero pedir licença aos senhores deputados para apresentar uma moção aqui da mesa. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar, por esta Casa de Leis, aos familiares do senhor Edmar Pires da Silva, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 5 do corrente mês. O senhor Edmar era pai do vereador Dollar, do município de Paranaíba. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, eu venho apresentar uma moção de pesar. Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor João Augusto Albuquerque Soares, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 6 do corrente mês. Ele era um amigo e técnico importante. Eu gostaria de deixar isso consignado em ata, por favor. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos, com muito carinho, a visita da senhora Fernanda Nardelli, coordenadora de distribuição da Rádio Senado. Nós somos parceiros por meio da Rádio Alems e da TV Alems. Depois nós vamos recebê-la na Presidência. Obrigado pela presença aqui na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Registraremos e agradecemos, também com muito carinho, a visita da Escola Estadual Júlia Gonçalves Passarinho, do município de Corumbá. Os alunos da escola estão acompanhados pela diretora, Angélica Oliveira do Espírito Santo; Camila Rosa Cavalcante; Maria Auxiliadora França, coordenadora pedagógica; Angélica Leal, coordenadora de área; Ronaldo Leite, coordenador pedagógico; Luana Souza da Silva, coordenadora de práticas inovadoras; Harrim Jesus Mendes Alvarez, coordenador de área; Ellen Josefa Ferreira dos Santos, coordenadora de área; e Deise Aparecida Álvaro, presidente da APM. Obrigado,

especialmente a vocês, alunas e alunos de Corumbá, que nos visitam aqui na Assembleia Legislativa. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu venho apresentar uma moção de aplauso. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao ministro da Fazenda, senhor Fernando Haddad, e ao delegado da Receita Federal em Mato Grosso do Sul, senhor Zumilson Custódio da Silva, pela atuação exemplar da Receita Federal do Brasil, no âmbito da ação deflagrada no dia 6 de outubro de 2025, que identificou agropecuaristas que declararam indevidamente despesas com aeronaves não relacionadas à atividade rural, para fins de dedução do Imposto de Renda Pessoa Física, entre os anos de 2021 a 2023. A operação notificou setenta e nove contribuintes fazendeiros do agronegócio, de todas as regiões do País, que somados declararam 190.600.000 milhões de reais em despesas irregulares, resultando em uma redução indevida de aproximadamente 52.400.000 milhões de reais no imposto apurado. Eu faço esta moção de aplauso cumprimentando o Governo Federal pelo aprofundamento da investigação do chamado agronegócio, e, ao mesmo tempo, solicito que se aprofunde a investigação, em Mato Grosso do Sul, sobre declaração indevida de despesas com aeronaves feita pelos pecuaristas de Mato Grosso do Sul. Outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, senhora Joênia Rapshana Batista Carvalho, solicitando a implantação, com urgência, de uma coordenadoria técnica local no município de Nioaque. A intenção é atender às necessidades da população das terras indígenas daquela região. Era o que eu tinha. Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu quero repudiar a matéria na qual o presidente da Famasul cobra agilidade do PAC no sentido de destravar obras de logística em Mato Grosso do Sul. Eu repudio essa matéria porque o mesmo sujeito, adepto do bolsonarismo, terraplanista, radical, conservador, participou ativamente do governo Bolsonaro, e não cobrou absolutamente nada dele. Aliás, a Famasul se calou diante dos desmandos do governo Bolsonaro, e, ao mesmo tempo, deputado Pedro Kemp, a senadora da manga, que mandou chupar manga, Tereza Cristina, diz que o Governo Federal precisa ampliar o seguro rural. Interessante que a tal da Tereza Cristina, a senadora motosserra, foi ministra do Bolsonaro, e não fez absolutamente nada também. Portanto, eu repudi a fala da senadora e do presidente da Famasul. Para finalizar, cito o que alguém disse em algum tempo e em algum lugar: "Você tem todo o direito de dizer a idiotice que quiser, e eu sou obrigado a respeitá-lo". Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Apenas para apresentar o meu repúdio ao repúdio do deputado Zeca do PT à Famasul e à Tereza Cristina. Não tem o deputado Zeca do PT razão para vir aqui fazer tal repúdio a uma entidade que trabalha muito na defesa dos produtores rurais aqui de Mato Grosso do Sul...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu não admito que alguém nesta Casa...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, vamos obedecer ao Regimento. Vossa Excelência teve a oportunidade de falar, e ninguém o interrompeu...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Nem de policial. Vem querer dar ordem aqui. Eu não admito...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aqui não tem coronel nem ex-governador, é o Regimento... Eu estou dizendo para o senhor: era a vez dele falar... O senhor teve a sua vez. Por gentileza, há crianças aqui. A gente tem que seguir o Regimento. Concluído, deputado?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Presidente, para concluir. Eu lamento profundamente que o deputado Zeca do PT tenha esse tipo de comportamento aqui no Plenário. Eles, que dizem respeitar a democracia, não conseguem conviver com quem tem um ponto de vista diferente do deles. Somente isso, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado. Eu vou dizer mais uma vez. O deputado usou a palavra pela ordem, não é debate, tem que ter algum questionamento regimental ou um questionamento sobre algo que alguém disse. Não pode virar debate... Eu já disse, deputado. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, eu quero agora amenizar o cenário. Vossa Excelência já falou da Escola Júlia Gonçalves Passarinho, de Corumbá, que nos honra com sua ilustre visita. Eu quero parabenizar a equipe desta Casa pela forma com que conduz as escolas que vêm nos visitar. Este momento é muito especial para mim, porque eu estudei naquela escola, ela fez parte da minha infância, eu fiz o ensino fundamental lá. Por isso, estou muito honrado por vocês estarem aqui e por eu, como deputado, recebê-los. É muito bom receber jovens preparados e inteligentes. Quero cumprimentar a Érica, a Camila, a Maria Auxiliadora, a Angélica, o Ronaldo, a Luana, o Rainer Jesus, a Ellen e a Deise. Muito obrigado pela visita. Viva o JGP! Viva a escola pública estadual! Obrigado. Senhor presidente, eu quero apresentar duas indicações. Indico à

Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira, com cópia autônoma ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, senhor Ednei Marcelo Miglioli, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Paulo da Silva, solicitando a implantação de um semáforo na avenida Zulmira Borba com a rua Nefe Pael, no bairro Nova Lima. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da senhora Creonice Deová de Souza, em decorrência do seu falecimento, ocorrido no dia 3 do corrente mês, no município de Corumbá. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, e já o cumprimento pela presença, o "Coração de Leão", deputado Antonio Vaz. O senhor fez aniversário, fez cirurgia. Peço a Deus que o ilumine e lhe dê muita saúde.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, presidente. Obrigado. Quero agradecer pelas orações dos meus amigos deputados, dos pastores e das pessoas que oraram por mim. Eu passei por um momento muito difícil, mas venci, graças a Deus. Eu fui muito bem atendido no hospital Moriah, em São Paulo. Em nome do senhor presidente Gerson Claro, quero agradecer a todos vocês. O deputado Gerson Claro me atendeu muito bem, ele tem sido um presidente exemplar para todos nós. Muito obrigado. Eu trago nesta manhã duas indicações. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a destinação de recursos para viabilizar a reforma, a readequação e a modernização da quadra poliesportiva da Escola Municipal Terezinha dos Santos Mendonça, no município de Mundo Novo. A referida instituição é fundamental na comunidade, sendo responsável pela formação educacional de aproximadamente 420 alunos. No entanto, a estrutura atual da quadra encontra-se em condições que demandam melhorias, a fim de garantir um espaço seguro e adequado para práticas esportivas e recreativas. A reforma visa a um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades físicas e esportivas, contribuindo para a inclusão social, o bem-estar e a qualidade de vida dos alunos. Além disso, fortalecerá o papel da escola como centro de desenvolvimento comunitário, promovendo a integração entre alunos, famílias e comunidade local. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, diretor-presidente do Detran, solicitando a ampliação do número de vagas no projeto "CNH Social". A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pelos vereadores do município de Coronel Sapucaia. O referido programa desempenha papel de extrema importância, pois oferece às pessoas em situação de vulnerabilidade social a oportunidade de obter a primeira habilitação de forma totalmente gratuita, garantindo-lhes um documento que, além de assegurar o direito de dirigir,

representa uma ferramenta essencial de inclusão social, autonomia e empregabilidade. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e público que nos acompanha neste Plenário e pela TV e Rádio Alems! Eu trago dois requerimentos. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Carlos Manuel Baigorri, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), requerendo informações detalhadas sobre a prestação dos serviços de telefonia móvel e internet no distrito do Guaçu, em Dourados. A população relata que os serviços não funcionam de forma adequada, assim, apresentamos os seguintes questionamentos: "Qual é a operadora responsável pelo atendimento da região? Quais são as medidas em curso ou previstas para o restabelecimento e melhoria desse serviço? Qual é a previsão para o restabelecimento do serviço de forma contínua e com qualidade?" De acordo com informações da comunidade, a torre de telefonia existente no local, anteriormente operada pela empresa Oi, teria sido transferida para a TIM, o que levou os usuários a migrarem de operadora. No entanto, após a migração, o serviço foi desativado, deixando a população sem cobertura adequada de sinal. Esta solicitação foi encaminhada ao nosso gabinete a pedido do vereador de Dourados, meu ex-colega de parlamento, senhor Tio Bubi, que recebeu manifestações de diversos moradores da localidade. Outro requerimento. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de Estado de Saúde, solicitando que sejam prestados esclarecimentos acerca da suspensão dos atendimentos e cirurgias bariátricas realizadas por meio do programa 'MS Saúde – Mais Saúde, Menos Fila', especificamente para os pacientes atendidos no Hospital Adventista do Pêñfigo. Solicita-se, ainda, a apresentação de um cronograma para a retomada dos agendamentos, de modo a evitar o vencimento dos exames e laudos já realizados pelos pacientes. Este requerimento tem fundamento no Ofício nº 001/2025, encaminhado ao gabinete desta parlamentar pelo grupo de pacientes bariátricos do hospital, que relata a interrupção dos atendimentos e o cancelamento dos agendamentos das cirurgias sob a justificativa de reorganização do programa pela Secretaria de Estado de Saúde. De acordo com o grupo, centenas de pacientes já concluíram todas as etapas preparatórias exigidas — incluindo exames laboratoriais, laudos médicos e avaliações multiprofissionais — e encontram-se aptos para realizar o procedimento cirúrgico. A suspensão indefinida dos agendamentos coloca em risco a validade desses documentos e pode causar prejuízos financeiros significativos aos pacientes que estão na fila de espera. A questão da obesidade é, sem dúvida, um tema de saúde pública. Esses pacientes aguardam uma resposta e, até o momento, continuam sem qualquer retorno. Por isso, estamos apresentando este requerimento. Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Eu trago também uma moção de apoio, e peço a atenção dos nobres pares. Eu valor um caso ocorrido em Dourados, envolvendo uma delegada de polícia. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de apoio à delegada Thaís do Carmo Oliveira de Bessa, titular da Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (Depac) de Dourados, em razão dos ataques de cunho preconceituoso, machista e depreciativo proferidos contra sua imagem em uma entrevista. Os ataques foram motivados por estereótipos e comentários relacionados à sua aparência e condição de mulher. A delegada Thaís Bessa tem desempenhado suas funções com elevado padrão técnico, ética, comprometimento e sensibilidade no atendimento às vítimas. No entanto, nesse final de semana, enquanto conduzia a elucidação de um crime, durante uma live, tornou-se alvo de uma série de ataques virtuais. Desejo chamar especialmente a atenção das mulheres presentes neste Plenário para o teor dos comentários, que são deploráveis e ofensivos, colocando em dúvida a capacidade da mulher e desrespeitando seu papel na sociedade. Eu entrei em contato, há pouco, com o delegado regional de Polícia Civil de Dourados, que informou que alguns autores já foram identificados. Ressalto que não se trata apenas de internautas, mas de criminosos. Entre os comentários, constam frases como: "Acho um absurdo a mulher deixar a louça suja para combater o crime"; "Se essa delegada se perder na Cracolândia, será difícil identificá-la, pela aparência; a bichinha está acabada, hein?". E uma das mais graves: "Delegada feia, parece mais uma empregada doméstica". Lembrando que todas as profissões são dignas. E ainda: "Deve ser empregada doméstica aqui de casa, vamos tratá-la como cachorro aqui". Esses comentários são repugnantes e demonstram o machismo e o ódio que ainda persistem em nossa sociedade. É por isso, deputado Paulo Duarte, que continuam a nos matar — em Mato Grosso do Sul e em todo o país —. Nós mulheres representantes neste Parlamento não podemos aceitar uma enxurrada de comentários machistas. O lugar de criminoso não é nas redes sociais, é na cadeia. Apresento, portanto, esta moção de apoio à delegada Thaís Bessa e encaminhando um requerimento ao Ministério Público, bem como à Corregedoria da Polícia Civil, para que os responsáveis acompanhem de perto o caso. Não podemos permitir que mulheres sejam linchadas virtualmente, agredidas ou expostas dessa forma. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos acompanha! Eu venho apresentar um requerimento de informações. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando dados concretos e específicos sobre a situação dos servidores da segurança pública, especialmente quanto aos afastamentos de função por motivos de saúde mental e ao regime disciplinar aplicado no âmbito do Presídio Militar. Pergunta-se:

"Quantos policiais civis, militares e demais servidores da segurança pública foram afastados por problemas de saúde nos últimos quatro anos, discriminando-se os casos relacionados especificamente à saúde mental?". Nós temos acompanhado com preocupação a situação desses trabalhadores. Nós já acompanhamos a saúde de servidores de outras áreas, e agora queremos acompanhar a saúde dos servidores da segurança pública também, no intuito de pensar políticas públicas de valorização e fortalecimento da categoria. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao cantor e compositor Silveira Soul, pela apresentação do show Afroafetos no palco principal da Feira Literária de Bonito - Flib 2025. Temos também uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor José Paulo Paleari, prefeito municipal de Nova Alvorada do Sul, à secretaria municipal de Educação de Nova Alvorada do Sul, senhora Angela Regina Rezende, ao senhor Leandro Ferreira Luiz Fedossi, prefeito municipal de Nova Andradina, e ao secretário municipal de Educação de Nova Andradina, senhor Wagner Périgo, com cópias autônomas ao procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Romão Avila Milhan Junior, solicitando, com urgência, a manutenção da parceria referente ao transporte escolar dos alunos residentes no assentamento São João. Recentemente, decisão das secretarias municipais de educação, de ambos os municípios, eliminou o atendimento aos seus respectivos cidadãos, desconsiderando a demanda dos alunos residentes na área de divisa. Tal medida expõe as crianças a riscos desnecessários, comprometendo seu direito constitucional de acesso à educação e à segurança pública. Exige-se a retomada da cooperação entre Nova Andradina e Nova Alvorada do Sul. Recomenda-se, ainda, a formalização de um termo de cooperação. Destaca-se que a atuação ativa do Ministério Público é imprescindível para evitar omissões administrativas e garantir o cumprimento dos direitos constitucionais relacionados à educação. Venho, também, apresentar uma moção de apoio (assim como fez a deputada Lia Nogueira) à delegada Thays do Carmo, adjunta da Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário (Depac) de Dourados. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de apoio à delegada Thays do Carmo Oliveira de Bessa, em razão dos ataques misóginos e racistas que sofreu por meio das redes sociais. É absolutamente inadmissível que uma autoridade policial, no pleno exercício de suas funções públicas, seja alvo de manifestações de cunho racista, sexista e discriminatório. O episódio, protagonizado por um usuário que proferiu comentários depreciativos sobre a aparência física da delegada, em tom abertamente preconceituoso, transcende a esfera da ofensa individual, configurando uma expressão inequívoca da persistência de estruturas sociais excluientes, que historicamente buscam deslegitimar mulheres, em especial mulheres negras, que ocupam posições de poder, liderança e autoridade institucional. As agressões revelam, de modo contundente, o entrelaçamento entre racismo e misoginia — fenômenos que, conjugados, produzem formas sofisticadas e persistentes de violência simbólica, moral e institucional. A tentativa de desqualificar a imagem pública da delegada Thays do Carmo por meio de comentários racistas e sexistas não apenas fere sua honra e dignidade pessoais, mas também atinge simbolicamente todas as mulheres que vêm conquistando espaços de decisão e autoridade em contextos ainda marcados pela desigualdade e pela resistência à presença feminina em posições de comando. O que

aconteceu com a delegada mostra como a sociedade ainda enxerga as mulheres nos espaços públicos de poder. A delegada ocupa um espaço de autoridade. E os comentários revelam como a sociedade enxerga essas mulheres nesses espaços. Ou seja, pensam que os espaços de poder não são para as mulheres. Diante disso, precisamos nos unir e combater essa postura misógina. Nós não vamos aceitar ataques às mulheres. E essa é uma decisão de todas nós mulheres: mexeu com uma, mexeu com todas. Nós vamos seguir juntas nesta luta. A deputada Lia, a deputada Mara e eu estamos unidas nesta luta. E queremos convidar nossos colegas deputados a seguir conosco nesta batalha. É importante que a gente permita que os espaços públicos — sejam eles da política ou do serviço público — sejam ambientes seguros para as mulheres brancas, negras, indígenas, para todas. Continuamos firmes nessa luta. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e deputadas e todos que nos acompanham! Antes de eu ler meus expedientes, quero pedir à deputada Lia Nogueira que me permita assinar junto com ela e com a deputada Gleice a moção de apoio à delegada Thaís. Esse tipo de situação causa em nós dor e tristeza. Fizeram manifestações absurdas contra a delegada. Alguns internautas fizeram comentários ofensivos, dizendo que ela era feia, que não representava adequadamente a mulher, entre outras falas misóginas e inaceitáveis. Não podemos permitir esse tipo de conduta. Eu tenho certeza de que a deputada Lia e a deputada Gleice também apresentarão requerimento ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública para que sua equipe identifique os criminosos, os responsáveis por tais ataques à delegada, que apenas cumpria sua função. Ela é uma mulher competente e dedicada, e foi agredida de forma criminosa. Registro, portanto, minha manifestação de apoio àquela profissional exemplar, que vem realizando um excelente trabalho em Dourados, especialmente na defesa das mulheres vítimas de violência. É lamentável que justamente quem combate esse tipo de crime tenha sido alvo de uma agressão tão covarde. Ademais, presidente, trago algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Turismo, Esporte e Cultura, senhor Marcelo Ferreira Miranda, solicitando a inclusão no Cadastro Estadual para Pagamento de Cachês e Fomentos do tópico "Locutores de Rodeio, de Provas Equestres e Eventos Congêneres". A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Reinaldo Castanha, da Câmara Municipal de Aquidauana. Esta é uma antiga reivindicação dos profissionais da locução de Mato Grosso do Sul. O rodeio e as provas equestres integram a identidade sul-mato-grossense, são festas tradicionais, muitas delas incluídas no Calendário Estadual de Eventos, por sua relevância regional e cultural. A história da locução em nosso estado caminha lado a lado com a evolução e a profissionalização dos rodeios, das provas equestres e dos eventos congêneres, com diversos atletas e locutores alcançando reconhecimento nacional e internacional. No entanto, a inexistência de um tópico específico no referido cadastro limita a capacidade operacional e impacta diretamente a contratação

de profissionais. A criação de um espaço específico para os locutores dentro do cadastro é, portanto, de suma importância, uma vez que o ofício, antes restrito à simples narração, tornou-se elemento essencial para o desenvolvimento dos rodeios e provas equestres, desempenhando papel relevante na construção de uma atmosfera única e como reflexo da profissionalização dos esportes ligados ao setor agropecuário. Solicito, assim, ao Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura, que acolha com a devida atenção esta justa demanda dos locutores do nosso estado, porque eles são profissionais e merecem ter seus cachês registrados principalmente na Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, e ao presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a instalação de um redutor de velocidade (lombada eletrônica) na MS-240, na travessia do bairro Jardim Karina, localizado no município de Paranaíba. A presente indicação atende ao pedido formulado pela vereadora Débora Queiroz de Oliveira, da Câmara Municipal de Paranaíba. E, por último, outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Saúde, senhor Maurício Simões, solicitando, em caráter de urgência, a destinação de uma van para a Secretaria de Saúde de Coronel Sapucaia. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Ney Kuasne, João Batista, Maria Eloir, Celinha, Nayara e Fernando, da Câmara Municipal de Coronel Sapucaia. Recentemente, ocorreram dois acidentes, e um ônibus e uma van tiveram perda total, e, atualmente, o município se encontra com dificuldade para transportar seus pacientes. Portanto, é necessário resolver o problema. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, imprensa e todos que nos acompanham, bom dia! Eu vim apresentar três indicações, uma moção e um projeto de lei. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor governador do estado, Eduardo Corrêa Riedel, ao secretário de Estado de Administração, senhor Frederico Fellini, e ao diretor-presidente da Agência de Previdência de Mato Grosso do Sul, senhor Jorge de Oliveira Martins, por cópias autônomas, reiterando as Indicações anteriores nºs 03075/2023, 03828/2023 e 02221/2024, a fim de solicitar a realização do levantamento da dívida dos servidores públicos estaduais, ativos e aposentados, junto às instituições financeiras na modalidade de empréstimos consignados. Solicita-se, ainda, que o referido levantamento contenha informações qualitativas e quantitativas acerca do número de servidores que possuem consignados acima do limite percentual estabelecido pela Lei Federal nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que

seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a doação de veículos terrestres e motocicletas para o município de Camapuã, por meio da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de atender às demandas do município, especialmente no programa Porteira para Dentro, criado para atender estradas rurais e vicinais e propriedades rurais de até quatro módulos fiscais. Esta indicação atende ao pedido do senhor Antônio Giovani Diniz da Rocha, secretário de Agronegócio, Meio Ambiente e Empreendedorismo, do município de Camapuã. Ofício anexo. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, diretor-presidente da Agesul, solicitando a execução do serviço de recuperação e/ou implantação de redutores de velocidade na rodovia MS-080, nas proximidades da ponte sobre o rio Jatobá, tendo como referência a entrada da Fazenda Jatobá, localizada na MS-080, KM 56, na zona rural do município de Rochedo. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares e amigos do terceiro-sargento PM Reginaldo Luiz Andrade da Silva, por seu falecimento, ocorrido no dia 30 de setembro, no município de Campo Grande. Projeto de lei. "Projeto de lei que dispõe sobre a aplicação de sanções aos estabelecimentos comerciais que comercializam bebidas adulteradas, falsificadas ou impróprias ao consumo, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Artigo 1º - Ficam os estabelecimentos comerciais (bares, restaurantes, hotéis, mercados, distribuidores ou quaisquer outros pontos de venda ou de distribuição de bebidas alcoólicas), situados no Estado de Mato Grosso do Sul, proibidos de armazenar, expor à venda, vender ou distribuir bebidas adulteradas, falsificadas, corrompidas, deterioradas ou fraudadas, inclusive aquelas que contenham substâncias nocivas à saúde. Artigo 2º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às sanções previstas nos artigos 56 e 57 da Lei Federal nº 8.078 - Código de Defesa do Consumidor. Parágrafo único. As multas eventualmente aplicadas com fundamento nesta lei serão revertidas ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor. Artigo 3º - Os estabelecimentos comerciais mencionados no artigo 1º deverão adotar medidas de controle e rastreabilidade na aquisição de bebidas alcoólicas, incluindo, mas não se limitando a: 1 - adquirir produtos exclusivamente de fornecedores com CNPJ ativo e regularidade fiscal. 2 - exigir nota fiscal válida em todas as compras, conferindo a autenticidade da chave de acesso no portal oficial. 3 - conferir no ato do recebimento o rótulo, o lacre, o teor alcoólico, o número de lote e a data de validade com as informações da nota fiscal. 4 - abster-se de adquirir ou comercializar garrafas com lacres violados, rótulos ilegíveis ou de baixa qualidade, ou ausência de identificação do fabricante ou importador. Artigo 4º - Em caso de suspeita de adulteração, o estabelecimento deverá suspender imediatamente a comercialização do produto, isolá-lo fisicamente, comunicar os órgãos fiscalizadores competentes e preservar amostras para eventual perícia, conforme orientações das autoridades de saúde e segurança. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Plenário Deputado Júlio Maia, 6 de outubro de 2025. Assina o deputado Junior Mochi." É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, todos que se encontram nesta Casa de Leis e pessoal da Rádio Alems e da TV Assembleia! Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita Adriane Barbosa Nogueira Lopes e ao secretário municipal de Infraestrutura, senhor Marcelo Miglioli, solicitando a manutenção na rede de iluminação pública na rua Panambi Vera, em frente ao nº 655, no bairro Tiradentes. A propositura visa garantir integridade física das pessoas que utilizam a via e à diminuição de assaltos ou acidentes por falta de iluminação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Logística, senhor Marcelo Miglioli, solicitando a manutenção da iluminação pública na rua Terlita Garcia, em frente ao número 1.823, no bairro Manoel Taveira. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Logística, senhor Marcelo Miglioli, solicitando que providencie a execução da Operação Tapa-Buraco em toda a extensão da avenida São Nicolau. Devido às fortes chuvas que vêm acontecendo em Campo Grande, o local encontra-se intransitável, dificultando a passagem dos moradores. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Logística, senhor Marcelo Miglioli, solicitando a execução do serviço de patrulhamento e encascalhamento na rua 25, esquina com a avenida 26, no bairro Nova Campo Grande. Está insuportável a situação daquele bairro. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, eu gostaria de solicitar à deputada Lia Nogueira que me permita assinar junto com ela a moção de apoio à delegada Thaís, de Dourados. Ao mesmo tempo, solicito que a moção seja transformada em nome da Casa, presidente. Devido à gravidade do caso, eu peço que o senhor avalie a possibilidade de fazermos um documento, exigindo a abertura de investigação, de inquérito policial, a fim de apurar e identificar as pessoas que fizeram tais agressões à delegada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Vamos transformar a moção de apoio à delegada Thaís do Carmo em nome da Casa. Precisamos repudiar de fato qualquer atitude de ódio. É comum as pessoas acharem que rede social é terra sem lei e que lá podem dizer o que quiserem. Mas não pode ser assim. E vamos atender ao pedido do presidente da Comissão de Segurança, vamos fazer um expediente, solicitando apuração e punição, na forma da lei, a todos que cometeram esse crime. A gente não pode compactuar com isso. Então, vamos solicitar que o delegado-geral e o secretário de

Segurança tomem as devidas providências. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 3894/2025, 3893/2025). De autoria do deputado Coronel David: uma moção de congratulação (Prot. nº 3881/2025); três projetos de resolução (Prot. nºs 3877/2025, 3876/2025, 3875/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: quatro indicações (Prot. nºs 3858/2025, 03859/2025, 3860/2025, 03861/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 3863/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 03862/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 03872/2025, 03873/2025). De autoria do deputado Lídio Lopes: três indicações (Prot. nºs 03856/2025, 3855/2025, 03854/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 03857/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 03897/2025, 3896/2025, 3895/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma moção de congratulação (Prot. nº 03870/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 03908/2025, 3853/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 03871/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 03882/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 3883/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: um requerimento (Prot. nº 3900/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 3902/2025, 03901/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas moções de congratulação (Prot. nºs 03890/2025, 3878/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 03891/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 3889/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 03888/2025); um projeto de resolução (Prot. nº 03904/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 3907/2025); duas moções de aplauso (Prot. nºs 03906/2025, 3905/2025). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro inscrição, com a palavra, o deputado Zeca do PT. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, eu venho trazer uma notícia que, do ponto de vista pessoal, é profundamente importante, e diria até gratificante. Acho que todos que me ouvem ou me assistem e provavelmente grande parte dos deputados e das deputadas desta Casa se recordam de que, em 2007, portanto, logo após meu segundo mandato como governador, fui vítima de uma grande patifaria arquitetada contra mim, e eu sei por quem, mas não me permito dizer o nome. Mas eu estou me referindo à história da denúncia relativa à farra da publicidade. Aquilo me constrangeu, constrangeu a minha família, as minhas filhas, enfim. E entendendo que era preciso uma retratação, senhor presidente e senhores deputados, eu recorri ao Judiciário, pedi que os promotores que me acusaram (vulgo Sotoriva, Ismaniotto, Gisca, Robalinho e outros) provassem o que afirmaram na denúncia contra minha pessoa e mais um grupo de colaboradores que estiveram comigo na minha gestão. Eu queria que eles provassem ou que se retratassem e que fossem penalizados pelo que fizeram. Então, o juiz singular de Campo Grande me deu ganho de causa, e os promotores comandados pelo vulgo Robalinho recorreram ao Tribunal de Justiça, perderam; recorreram ao STJ, perderam; e, por fim, como medida protelatória, recorreram ao STF pedindo a reparação da sentença que me era favorável, e perderam a ação; depois de dezoitos anos, a ação está de volta a Campo Grande para execução. Solicitei ao meu advogado, e ele deve me encaminhar hoje o cálculo do que eu tenho a receber. Eu tenho direito a receber de 400 a

500 mil reais de indenização pela calúnia levantada que fizeram contra a minha pessoa. Agora, senhor presidente, eu tenho três objetivos: 1 - tratar de receber os meus 400, 500 mil reais como indenização contra a calúnia, contra o esquema montado para me denunciar. Eu quero o meu dinheiro. 2 - quero executar o Estado para que ajuíze uma ação para que os promotores comandados pelo vulgo Robalinho tenham que indenizar o Estado. É inadmissível que o Estado seja penalizado e tenha que me pagar os 400, 500 mil reais quando, na verdade, a responsabilidade é exclusiva dos promotores. 3 - entrar com ação no Ministério Público pedindo o imediato afastamento desse grupelho; porque entendo que o MP é uma instituição muito importante, que deve ser respeitada e que, portanto, não merece ter nos seus quadros gente desse quilate, dessa estirpe e dessa baixa qualidade. Para mim, este é um dia de comemoração. Vou ser indenizado. Vou receber meu dinheiro. Vou exigir que os promotores paguem aquilo que for calculado e que sejam afastados do Ministério Público. Esse, sim, será o dia mais importante, porque vai consagrar a justiça, que tem que imperar neste estado. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda restam cinco minutos. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Lídio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao senhor segundo-secretário que realize a recomposição do quórum para analisarmos as matérias pautadas para hoje.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e um deputados presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito aos senhores deputados que analisem os Itens de 1 a 9. São projetos de resolução que concedem comendas e títulos. Conforme solicitação, vamos votar em bloco, se não houver oposição. Somente por questão regimental, vamos retirar de pauta o Item 5, de autoria do deputado Professor Reinaldo, que não está presente no Plenário. Projetos de Resolução. Itens 1 a 9, com exceção do Item 5. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, é possível votar "não" em um item só? Apenas no Item 6.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É possível, mas só se destacar. Pode registrar que a gente lança.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Isso. Quero registrar meu voto contrário no Item 6 e favorável nos demais.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Ainda em votação.

Projetos de Resolução n^{os} 038, 039, 042, 046, 077, 079, 043 e 073/2025, de autoria dos deputados Gerson Claro, Mara Caseiro, Lia Nogueira, Roberto Hashioka, Junior Mochi, Paulo Corrêa, Lucas de Lima e Pedro Kemp.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicano) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim (com voto contrário no Item 6).

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCA DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-Secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e um voto contrário no Item 6.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovados. Aprovado o projeto que concede o título ao senhor Luis Carlos Hiroki Muta. Vai ao Expediente. Ele é presidente do TRF, inclusive ele fez uma boa ação ontem aqui. Aprovado o projeto que concede o título à senhora Paula Alessandra Consalter Campos. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o título à senhora Mara Caseiro. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o título ao senhor Elder Gomes Dutra. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o título ao senhor Manoel Eugênio Nery. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede o título ao senhor Antonio Luiz Teixeira Empke Junior. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede a comenda ao senhor Ulysses Serra. Vai ao Expediente. Aprovado o projeto que concede a comenda ao senhor Vander Luiz dos Santos Loubet. Vai ao Expediente. Próximo item da pauta. Item 10. Em discussão única. Projeto de Lei nº 184/2025. Autor: deputado Gerson Claro. "Declara de utilidade pública estadual o Clube de Campo Pedra Bonita, com sede no município de Itaporã". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 184/2025, de autoria do deputado Gerson Claro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Não votou.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Ausente.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Não votou.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Não votou.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 11. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 193/2025. Autor: Poder Executivo. "Institui o Programa de Recuperação de Empresas estabelecidas no Estado de Mato Grosso do Sul, denominado Programa Recupera - MS, para regularização de débitos de contribuintes em processo de recuperação judicial ou em liquidação, nas condições que especifica, e dá outras providências." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu gostaria de pedir vista.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pedido de vista concedido ao deputado João Henrique. Item 12. Projeto de Lei nº 160/2025. Autor: deputado Paulo Duarte. "Obriga a seguradora a comunicar formalmente ao proponente, ao seu representante legal ou ao corretor de seguros a decisão de não aceitação da proposta para contratação de seguro no Estado de Mato Grosso do Sul"… Excelência, há um questionamento de ordem aqui. O senhor já havia pedido vista deste projeto. Isso confere? Eu não posso lhe conceder vista duas vezes.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, eu pedi vista em primeira discussão, salvo engano; se houver pedido em segunda, sem problema nenhum. Eu pedi vista para ter acesso aos números e dados que não foram instruídos no projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Foi concedido vista para Vossa Excelência em segunda discussão, na última Sessão, do Item 8 da pauta.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sem problemas. Eu retiro meu pedido de vista.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então, vamos votar o Item 11. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 193/2025. Autor: Poder Executivo. "Institui o Programa de Recuperação de Empresas estabelecidas no Estado de Mato Grosso do Sul, denominado Programa Recupera - MS, para regularização de débitos de contribuintes em processo de recuperação judicial ou em liquidação, nas condições que especifica, e dá outras providências." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Registrarmos e agradecemos a presença do senhor Peter Saimon, vereador de Cassilândia; da secretaria de Educação de Cassilândia, doutora e advogada Bruna Fernandes, nossa colega de escritório na fase inicial de carreira, excepcional advogada, pessoa que está dando uma contribuição fantástica ao prefeito de Cassilândia...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, apenas para informar a Vossa Excelência, a esta Casa e a todos que nos assistem que esta será a terceira indenização que vou receber pelas calúnias levantadas contra mim, contra minha história e a minha família. Eu ajuizei, lá atrás, uma ação contra o jornal Correio do Estado e recebi 570 mil reais. Recebi, depois, da Folha de São Paulo, que me acusou de fazer contrabando de caminhão, quando eu era governador. Entrei com ação, e talvez eu tenha sido um dos únicos, senão o único no Brasil, a receber da Folha. Ela teve que me pagar 800 mil reais. Eu comprei o sítio onde produzo frango. E, agora, senhor presidente, eu estou às vésperas de receber 400 mil reais do Governo do Estado, que depois vou exigir que seja pago pelo Ministério Público, ou pelos promotores que me acusaram. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Dois Irmãos do Buriti agradece a produção de Vossa Excelência.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Claro. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu também quero fazer um registro, deputado Zeca, nessa linha, enquanto o pessoal está votando. Só esta semana e a semana passada, soubemos da absolvição do ex-delegado-geral Adriano referente a uma ação que foi muito ventilada na época. É um grupo da Agepen, não é, deputado Coronel David?, que foi achincalhado na época pela imprensa e agora foi absolvido em primeira instância. Então, é importante que a gente tenha bastante cautela e acompanhe os



resultados. Eu acompanho, no caso, como advogado, o caso de Vossa Excelência. Em votação o Item 11.

Projeto de Lei nº 00193/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) .

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sir

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — S

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB)

DEPUTADO NENO BAZUK (PL) — Sim

DEPUTADO PAULO C CORRÊA (PSDB)

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Não votou.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Não votou.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 12. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 160/2025. Autor: deputado Paulo Duarte. "Obriga a seguradora a comunicar formalmente ao proponente, ao seu representante legal ou ao corretor de seguros, a decisão de não aceitação da proposta para contratação de seguro no Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade ao Projeto, à Emenda Supressiva 01 e à Subemenda de Redação 02, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00160/2025, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Não votou.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Não votou.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 13. Projeto retirado de pauta. Item 14. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, trinta e uma indicações, uma moção de aplauso, quatro moções de congratulação e uma moção de pesar...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero registrar voto contrário ao Item 1, Protocolo nº 3807/2025, moção de aplauso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Protocolo nº 3807/2025. Registrado. Em votação.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, na mesma linha do deputado João Henrique, eu gostaria de manifestar o meu voto contrário também.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrados os dois votos contrários. Em votação.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente. Eu também quero manifestar voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Três votos contrários. Não havendo mais oposição, dou-os por aprovados. Item 15. Moção de pesar. Moção de pesar apresentada pelos deputados Marcio Fernandes, João Henrique, Junior Mochi, Paulo Duarte e coautoria do deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento do senhor Adanilto Faustino de Souza. Não havendo oposição, dou-a por aprovada. Encerrada a Ordem do Dia.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero enaltecer a sua sensibilidade, senhor presidente. Vossa Excelência, mais uma vez, demonstra alto espírito público. Quero aproveitar e agradecer aos nobres colegas pelo voto importantíssimo que deram na moção de apoio, cumprimento a exitosa administração que o presidente Lula faz em benefício dos mais pobres neste país. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Trata-se da moção de apoio pela sanção da lei. Só para ficar registrado. Lei muito importante, deputado. Parabéns! Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Lídio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Informamos aos senhores deputados que amanhã as comissões de mérito e a CCJ deverão encerrar as resoluções, porque no dia 28 ocorrerá a entrega de Títulos de Cidadãos Sul-Mato-Grossenses. Não mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente Sessão. Está encerrada a Sessão (11h13min).